

CONCORRÊNCIA

TJSP volta a analisar, na terça-feira, suposta prática anticoncorrencial da 99Food em ação movida pela Keeta. Empresa nega que esteja ferindo regras do mercado

Julgamento acirra briga no delivery

» RAPHAEL PATI
» PEDRO JOSÉ BORGES

Em um mercado que foi fundamental durante a pandemia da covid-19 e é dominado por uma única empresa nacional, o iFood, duas concorrentes travam uma intensa disputa nos tribunais. São elas: a 99Food — empresa brasileira de transporte por aplicativo que voltou a atuar no setor de entregas de comida no ano passado — e a chinesa Keeta, subsidiária do maior serviço de delivery da China e que desembarcou em São Paulo, em 2025, a fim de se firmar no país como uma séria concorrente das companhias nacionais.

Nesta semana, no próximo dia 29, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) retoma a análise de uma ação movida pela Keeta contra a 99Food por supostas práticas anticoncorrenciais da empresa brasileira. O julgamento foi iniciado em 11 de agosto, quando houve um parecer favorável para a Keeta do desembargador Rômolo Russo, que relata a ação cível na 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial.

O ponto central do julgamento, que deverá ser analisado pelos outros membros do tribunal, são as chamadas “cláusulas de banimento” que, segundo a Keeta, seriam praticadas pela 99 para impedir restaurantes de trabalharem com a concorrente chinesa. Essas cláusulas funcionam como uma espécie de termo que garante benefícios a estabelecimentos que operam somente com um serviço de delivery e também já amplamente utilizado pelo iFood.

As cláusulas seriam incluídas em contratos de exclusividade feitos pela prestadora de serviços com o estabelecimento, que, com a assinatura, passa a operar por um tempo determinado apenas com aquele delivery. A prática desses contratos, inclusive, foi um dos motivos para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinar, em 2023, que o iFood só pudesse firmar novos termos de até 24 meses, no máximo, com restaurantes. Antes disso, a empresa firmava contratos de até 20 anos com os parceiros.

Em nota, o iFood reforçou que cumpre integralmente o Termo de Compromisso de Cessação (TCC) firmado com o Cade há três anos. Pelos termos do acordo, o iFood não pode ter mais de 8% de estabelecimentos exclusivos em cidades com mais de 500 mil habitantes e não pode firmar contratos de exclusividade com redes de 30 ou mais estabelecimentos.

“O cumprimento do TCC é acompanhado periodicamente pelo Cade por meio de auditoria externa independente. O iFood reforça seu compromisso com a transparência e o cumprimento das determinações regulatórias para o fortalecimento de um mercado aberto e competitivo, que preza pela ética e respeito aos donos de restaurante ao mesmo tempo em que gera crescimento sustentável para todo o ecossistema de delivery”, diz a nota.

No caso da 99Food, a alegação é de que ela estaria utilizando esses contratos para dificultar a inserção da Keeta no mercado. Um estudo feito pela empresa chinesa aponta que 85,7% dos restaurantes ‘âncora’ de São Paulo estão impedidos de trabalhar com eles por meio de cláusulas de banimento ou exclusividade. Esses estabelecimentos são definidos

Reprodução



Keeta e 99Food travam disputa judicial que teve início em 11 de agosto e será retomada no dia 29

Reprodução



A iFood já acionou a chinesa Keeta recentemente no Cade alegando prática de preços predatórios

como redes que operam com cinco ou mais lojas na região metropolitana da capital paulista. Além da 99Food, a empresa chinesa acusa o iFood de manter a prática desleal com a concorrência.

Na avaliação do vice-presidente da Keeta, Danilo Mansano, os dados publicados na pesquisa reforçam a necessidade de buscar um mercado mais competitivo e sustentável. “A estrutura atual prejudica restaurantes, entregadores parceiros e consumidores, e ajuda a explicar por que o Brasil ficou parado enquanto o setor de delivery avançou globalmente em competição, inovação e qualidade de serviço”, afirma.

A pesquisa também detalha o cenário por categorias. Nos segmentos de pizza e comida saudável, 92% das redes mapeadas estão bloqueadas. No caso da culinária brasileira, 88% dos restaurantes estão impedidos de trabalharem com a Keeta, ao passo que esse percentual chega a 86% entre hambúrgueres, e a 78% na culinária asiática. Para o executivo da empresa, os números expõem um mercado “disfuncional” no Brasil.

“Quando nove em cada 10 restaurantes âncora estão presos a contratos de exclusividade, a competição simplesmente não existe. Os restaurantes perdem canais de venda, os parceiros de entrega perdem oportunidades de

renda e os consumidores perdem escolha. O Brasil merece algo melhor. Perdemos mais de R\$ 1 bilhão em um ano aguardando a ação das autoridades, mas seguimos comprometidos em construir um mercado mais competitivo e saudável para todo o ecossistema”, acrescenta Mansano.

Briga no Cade

A disputa entre as duas empresas de entrega, no entanto, já contou com outros capítulos neste ano. Recentemente, a Keeta entrou com uma ação contra a 99Food no Cade, mas o Conselho decidiu rejeitar o recurso movido pela empresa chinesa, sobre o mesmo tema dos contratos de exclusividade.

No entendimento do presidente-interino do órgão fiscalizador, Diogo Thomson de Andrade, não havia elementos suficientes para penalizar a 99Food. Mesmo assim, ele determinou uma nova investigação mais aprofundada sobre o delivery, a fim de verificar a real situação dos restaurantes na capital paulista.

Além disso, o relator também citou necessidade da inclusão da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) no processo como terceira interessada. Segundo ele, é importante identificar a situação dos restaurantes afetados pelas cláusulas

de exclusividade parcial da 99Food e as contrapartidas oferecidas, bem como análise de “mais denúncias envolvendo outros agentes”.

Por outro lado, a 99Food informa que não incluiu cláusulas de banimento nos contratos de exclusividade firmados pela empresa, e que esses teriam o prazo máximo de dois anos — o mesmo que o permitido pelo Cade ao iFood, no termo firmado em 2023. A 99, que é controlada pela chinesa DiDi, também acusa a Keeta de utilizar os mesmos contratos para barrar a entrada da 99Food, com prazos que, segundo eles, chegariam a até cinco anos.

Para a 99Food, os acordos de exclusividade desempenham um “papel estratégico e relevante” para que empresas entrantes alcancem o que eles chamam de massa crítica e realizem investimentos em setores historicamente concentrados, como o de delivery no Brasil. “A 99Food confia na legitimidade de suas iniciativas e em que a análise das circunstâncias concretas demonstrará os efeitos positivos de suas parcerias para a concorrência. A companhia reafirma seu compromisso com investimentos contínuos e de longo prazo no mercado brasileiro, em benefício de todo o ecossistema de delivery, incluindo restaurantes, entregadores e consumidores”, destaca a empresa.

desestimular a inovação no mercado.

Na avaliação do advogado empresarial Oksandro Gonçalves, professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), as cláusulas de exclusividade não são, por si só, ilícitas. Segundo ele, a análise depende das condições do mercado e da posição da empresa que impõe a restrição. “Em cláusulas de banimento nominal, a análise merece atenção especial quando a restrição atinge especificamente determinado concorrente”, explica. (RP e PJB)

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Melhor é refazer tudo

Quem deixa dinheiro sobre a mesa, sente raiva do que não gosta e não sabe o que fazer ou perde tempo com elucubrações fantasiosas, encontra o prato feito nas chicanas do Supremo Tribunal Federal (STF) e na disputa eleitoral desprovida de ideias e propostas. Vai colher frustrações, muitas, e depois vai culpar a má sorte, o tempo ruim, nunca a sua escolha.

As transformações que ignoramos fervilham no mundo. Ignorá-las é o caminho mais curto para a irrelevância do país na arena global e, o que é mais grave, a eclosão de conflitos políticos e sociais que estão em ebulição. É questão de tempo, mantido o status quo.

As causas da transformação tecnológica e as razões de estarmos em meio a uma eleição em que os candidatos na dianteira são também os mais rejeitados deveriam ocupar o centro das atenções, distraídas pelas histórias sórdidas do tal Daniel Vercaro (ex-banqueiro, dono do Banco Master), dos carecas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do STF, e outros tantos — todos cevados pela desordem institucional e pela má administração do setor público nacional de modo geral.

Nossos problemas não têm causa única nem se devem a um governo em particular. É um processo que vem de longe, legando a exaustão do crescimento econômico movido a transferências de renda, subsídios e endividamento massivo, sem ampliar o suficiente a produtividade e a capacidade produtiva, e a erosão da confiança nas instituições — sobretudo no Supremo, cujo abalo é profundo.

A sugestão é que nosso patrimônio coletivo tangível e intangível foi consumido por escolhas ruins e desperdícios, implicando o que se apresenta como deterioração institucional. É importante saber o que estamos perdendo, por quais mecanismos e, especialmente, como interromper a perda. Essa é a discussão que assombra a política.

Na nova geopolítica, cada país procura seu lugar sob a influência de três macrotendências: a realocização das cadeias de produção, a transição energética e a inteligência artificial (IA). Das três, a IA é a que pede passagem no Brasil como eixo de um grande programa nacional. Já temos o básico para articulá-la. Não temos coordenação executiva para planejar e converter uma visão de desenvolvimento em decisões de investimento e implementá-las.

O significado da rejeição

O que o país demanda, explicitando de modo difuso a insatisfação com a falta de respostas nas altas taxas de rejeição de Lula e de Flávio Bolsonaro, líderes nas pesquisas de intenção de voto? Essa insatisfação também aparece na baixa confiança nas instituições, apontada esta semana em pesquisa da AtlasIntel. No Congresso, é de apenas 8% a confiança, contra 81% que desconfiam dos deputados e senadores. No STF, só 34% dizem confiar; no governo federal, 48%.

Parece óbvio que a modernização do Estado e das instituições é a prioridade máxima, visando restabelecer a confiança na Justiça e o equilíbrio entre os Três Poderes (governo federal, Congresso Nacional e Judiciário, em que sobressai o papel alargado e desestabilizador do STF).

E, em paralelo, o país precisa recuperar a capacidade de crescer, ampliar oportunidades e transformar as vantagens naturais, humanas e tecnológicas em prosperidade compartilhada. Décadas de baixo dinamismo, de investimentos insuficientes e perda de produtividade limitaram a renda das famílias e enfraqueceram as empresas, além de comprometer o financiamento dos serviços públicos.

Assim foi, e tem sido, disfarçado pelo crescimento tocado à base de endividamento, de transferências de renda e de desonerações a setores econômicos mais fortes politicamente. É o que confunde as percepções populares: se a economia cresce, ainda que pouco, menos que a média mundial, e o desemprego tem recorde de baixa, o que estaria errado? A inadiplência, os deficits em série, os juros no espaço, os gastos redundantes etc. fornecem a contraprova. Esse modelo se esgarçou; insistir nele significa aprofundar a crise.

Um maestro para um programa

Mas não tem que esperar um desfecho traumático para encontrar as soluções. O país dispõe de recursos, instituições, conhecimento e empresas capazes de sustentar um ciclo de desenvolvimento. Falta organizar essas capacidades em torno de objetivos comuns, com responsáveis pela formulação e execução, financiamento, prazos e resultados verificáveis. Só que isso não está na agenda.

Um roteiro transformador deveria começar com a reforma do Estado e das instituições que o sustentam. E, com tudo junto e misturado, superar os obstáculos macroeconômicos. Começa pela coordenação das políticas monetária, fiscal e de desenvolvimento, mirando alcançar três objetivos simultâneos. Primeiro, fechar o déficit primário com reorganização de todas as rubricas da Lei Orçamentária Anual.

Em paralelo, o segundo objetivo é reduzir os juros e o custo do capital de forma organizada. Combinados com o crescimento, os dois movimentos devem permitir o terceiro: estabilizar a dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Se houver capacidade executiva e política do novo governante para empinar tal roteiro, criam-se as condições para elevar a taxa de investimento dos atuais 16% a 17% do PIB para 23% a 25% até 2030, com aumento da produtividade e, enfim, do crescimento acelerado. O programa existe. E o maestro?

A oportunidade tem endereço

A nova “economia do elétron” dá a direção a esse esforço. É a convergência entre eletrificação e inteligência digital: a energia move máquinas, veículos e equipamentos; os dados e a IA orientam o seu funcionamento.

Redes, armazenamento, computação e automação formam o conjunto capaz de elevar a produtividade e transformar as indústrias e os serviços. Ter energia abundante é um diferencial relevante. Mas convertê-la em produção competitiva exige muita organização.

Podemos reunir essas peças e ampliar a influência econômica na geoeconomia em formação no mundo. Mas precisamos integrar decisões, hoje, dispersas entre ministérios, agências e empresas. Uma pequena equipe de formulação ligada ao presidente deveria preparar ações, articular os responsáveis e encaminhar a solução dos impasses. Seu primeiro produto: uma carteira de projetos em áreas estratégicas, modelados com tecnologia, funding e prazo para sair do papel.

Consórcios de empreendedores e investidores reuniram quem sabe fazer, produzir e operar. Ao menos dois grandes fundos de capital paciente, com participação minoritária do Estado e gestão privada, poderiam mobilizar recursos nacionais e estrangeiros, da ordem de US\$ 100 bilhões cada. O apoio público teria contrapartidas. Médios e pequenos negócios participariam dessa transformação com acesso à IA, formação técnica e serviços digitais compartilhados.

É a oportunidade para renovar a indústria, ampliar exportações e gerar empregos qualificados. E evitar o risco de fornecer energia e minerais aos que dominam tecnologia, decisões e lucros. Por isso, a iniciativa tem de ser nossa, e estamos muito atrasados. O país continuará deixando dinheiro sobre a mesa se tratar a coordenação do desenvolvimento como assunto para depois. É para ontem!